



Informativo Vivat nº 53

211 East 43 St, Suite 706, New York, New York 10017 Tel | Fax : +1 646-487-0003

abril, maio, junho 2012

Email: viny@vivatinternational.org

Prezados Leitores, Prezadas Leitoras

Bem-vindos/bem-vindas à 53ª edição do Informativo Vivat!

Após meses de frenética preparação para a Conferência Rio+20 sobre o Desenvolvimento Sustentável, a tão desejada calma voltou ao Escritório da VIVAT. A Conferência que aconteceu de 20 a 22 de junho, reuniu aproximadamente 50.000 participantes e 120 chefes de estado, no Rio de Janeiro. Essa tão expressiva participação contou com a presença de 40 membros VIVAT, que ajudaram a assegurar maior proteção aos direitos humanos no documento saído da conferência.

Além de participar na Rio+20, VIVAT Internacional esteve também engajada em várias outras atividades significativas. Em colaboração com o Grupo de Trabalho da ONU sobre Mineração, VIVAT organizou uma exposição no Fórum das Nações sobre as Questões Indígenas. Além disso, membros VIVAT também trabalharam arduamente aliviando e documentando sofrimentos no Sudão. No Hospital Mãe da Misericórdia, algumas irmãs católicas e voluntários/voluntárias continuam, corajosamente, a proporcionar cuidados vitais a milhares de refugiados sudaneses. Em apoio a esse trabalho de base crucial, defensores da VIVAT estão se empenhando ativamente para uma ação mais ampla e mais forte no sentido de cessar o derramamento de sangue naquele País. Para maior cobertura desse assunto e outros, acompanhem-nos!

Você nos inspira! Nós sempre acolhemos comentários, ideias, histórias e informações sobre nossos membros. Por favor, envie opiniões e comentários para: vini@vivatinternational.org

Índice:

Rio+20 – Panorama	pag. 2
VIVAT testemunha Injustiça na Mineração	pág. 3
Revisão Periódica Universal (UPR)	pág. 4
Transparência Internacional PNG	pág. 5
Violência contra Mulheres em Nova Guiné	pag. 6
Fundo Centenário	pág. 7
Assembleia Pan-americana de Animação Missionária/JUPIC ..	pág. 7
Conflitos no Sudão	pág. 8
Atualidades VIVAT	pág. 9e 10

Mesa Diretora

Maria Theresia, SSpS
Antonio Pernia, SVD
Gervase Taratara, CSSP
Milan Bubak, SVD
Gregory Pinto, SVD
Carmen Elisa Bando, SSpS
Zita Resch, ASC

Repres. Associados

M. Filamena Borges, Cssp
Maureen O'Malley, MSHR
Fernanda Cristinelli, MCS
Arlindo Pinto, MCCJ
Camille Piche, OMI
Cecile Renouard RA
Claudio Wever, SCJ
Franca Sessa, LSA

Administração Executiva

Zelia Cordeiro, SSpS
Felix Jones, SVD

Colaborações – Artigos

Anthonio Pernia, Johan Converset, Daniel
LeBlanc, Oriana Luquetta, Lena Deevy,
Meghan Schutler

Criação

Oriana Luquetta

Tradução

Simone Petra Hanel, SSpS - Alemão
Edni Gugelmin, SSpS- Português
Carmen Bando, SSpS - Espanhol

NOVA IORQUE

+1 646 478 0003

GENEVA

+41 022 796 991

Versão em Português

Diagramação:

Francisca Ferreira
2361 5904

O FUTURO DE QUE PRECISAMOS: *Poder Popular na RIO+20*

De 20 a 22 de junho, lideranças mundiais e governantes reuniram-se no Rio de Janeiro para a conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como RIO+20. O evento, que marca 20 anos desde a Cúpula da Terra, no Rio, em 1992, procurou aprofundar metas da redução da pobreza, equidade social e proteção ambiental. Observadores estimam em 50.000 os/as participantes da Conferência, incluindo 120 chefes de estado, fazendo dela a mais ampla reunião das Nações Unidas em anos.

A Conferência Rio+20 faz parte da longa linha de conferências Internacionais sobre o meio ambiente desde a década de 1970. Inicialmente, essas conferências concentravam-se exclusivamente nos esforços por conservação ambiental. Entretanto, reconhecendo a importância de lutar pela proteção ambiental e redução da pobreza, simultaneamente, os organizadores cunharam a abordagem do Desenvolvimento Sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável se refere à capacidade de responder às necessidades de hoje sem ameaçar a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. O termo desafia os defensores/defensoras ambientais a criar não apenas um mundo ambientalmente acolhedor, senão, também, um mundo mais próspero.

VIVAT Internacional contribuiu para levar avante a questão do desenvolvimento sustentável na Rio+20, através de recomendações políticas e participação direta na conferência. Um dos principais objetivos da Rio+20 foi o de preparar o documento “O Futuro que Queremos”, que aponta um esquema institucional amplo para o desenvolvimento sustentável e demarca metas políticas concretas. Antes e durante a conferência oficial, negociadores da ONU e membros da sociedade civil debateram extensivamente o conteúdo desse documento. Vivat Internacional defendeu várias inclusões importan-

tes, no que se refere à mineração, no documento. De modo especial, para fortalecer a luta dos povos indígenas vulneráveis, VIVAT chamou a atenção para a plena participação desses povos - Consentimento Livre e Prévio, com Conhecimento de Causa - em áreas em que a mineração envolve a população indígena. VIVAT também apoia o princípio de pagamento pela poluição, em se tratando de danos causados pela



Delegação de VIVAT internacional de vários países que participou da Cúpula Rio+20 reuniu-se no dia 22 de junho para partilhar expectativas.

mineração. Finalmente, VIVAT insistiu em uma maior compreensão de que as práticas extrativas negativas das mineradoras só podem ser minoradas pela regulamentação governamental. Entre essas iniciativas, o argumento da regulamentação foi o mais apoiado e foi incluído no documento final da Conferência. Para ajudar a levar adiante essas metas, quarenta membros vivat participaram da Rio+20.

Infelizmente, porém, o documento final da conferência incluiu poucos dos demais compromissos concretos que a sociedade civil defendeu. Os/As participantes governamentais não quiseram autorizar objetivos mais exigentes em um tempo de incertezas econômicas. Além disso, a crise da dívida e a eleição doméstica restringiu a participação da União Europeia e dos Estados Unidos. Com a preo-

cupação desses atores-chaves, a Conferência Rio+20 deixou de atender as expectativas dos organizadores. A chamada Cúpula dos Povos ofereceu a oportunidade de uma participação paralela à seção política da conferência, muito positiva. Organizações da sociedade civil encontraram-se em localidades diversas para a Cúpula dos Povos. Com uma duração de nove dias, ultrapassando assim os três dias da conferência oficial, a Cúpula dos Povos reuniu diariamente uns 15 mil participantes. O espaço da Cúpula dos Povos permitiu debates menos estruturados, independentes da influência das corporações e dos governos. Na Cúpula, vários grupos expressaram suas frustrações com o progresso limitado nas questões que envolvem o desenvolvimento sustentável. As queixas incluíram uma crítica sobre o documento principal da ONU, O Futuro

que Queremos. Os defensores contestaram que, em vez de Futuro que Queremos, os países participantes deveriam fazer ações decisivas rumo ao Futuro de que Precisamos. Entretanto, a Cúpula dos Povos não foi definida como negativa. Juntamente com essas frustrações, houve aspectos fortes de empoderamento. Talvez pelo fato de a Cúpula dos Povos ter sido frequentada pela maioria jovem, muitos participantes reafirmaram seu comprometimento em perseguir o desenvolvimento sustentável independentemente do apoio do governo. Esse crédito no poder do povo deu vigor à Cúpula dos Povos e, dado o travamento na reunião governamental, as iniciativas desses grupos de base foram as maiores promessas de real progresso do desenvolvimento sustentável. A necessidade de iniciativas populares apenas aumentou a responsabilidade de todas as pessoas de continuar sendo vozes ativas em defesa do meio ambiente e de viverem sustentavelmente a cada dia.

VIVAT - Buscando Justiça Mineração e Povos Indígenas

De 7 a 18 de maio, o Fórum Permanente sobre questões Indígenas realizou sua 11ª sessão, na sede da ONU, em Nova Iorque. Os administradores/administradoras escolheram a Doutrina dos Descobrimentos como o tema central da sessão. Focalizando o impacto continuado dessa doutrina colonial, a sessão procurou analisar os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas e explorar métodos de reverter as conquistas passadas. A Conferência comemorou o 5º aniversário da adoção oficial da declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Esse Marco Referencial, a Declaração da ONU, concluída em setembro de 2007, leva a um reconhecimento maior das populações indígenas no sistema dos direitos humanos.

Analisando os desafios específicos que essa população enfrenta, a 11ª sessão do Fórum destacou a influência que persiste da Doutrina dos Descobrimentos e seus impactos significativos sobre os membros vulneráveis das comunidades indígenas.

Para discutir sobre essas dificuldades persistentes, esse Fórum da ONU possibilitou a todos os presentes a participação simultânea nas discussões da sessão. Tal formato interativo possibilitou mais diálogo entre os representantes governamentais, organizações dos povos indígenas e agentes das Nações Unidas. Surgiu, também, a questão do setor privado neocolonialista, com muitos representantes propondo corporações que incluam as vozes indígenas e suas propostas de empreendimentos. As/os participantes chegaram ao consenso de que para

minorar as políticas injustas contra as populações indígenas, a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas deve ter maior integração nas leis e nas políticas nacionais, em todo o mundo.

Muitas conferências e eventos paralelos enriqueceram ainda mais a sessão, como a exibição multimídia intitulada “Dando Testemunho : Buscando Justiça”, preparada pelo Grupo de Trabalho sobre Mineração. Nesse evento, o Grupo apresentou as vozes originais das comunidades indígenas afetadas pela mineração. Essas vozes foram, ao mesmo tempo, evidência e denúncia das práticas extrativistas nocivas de muitas corporações. Alimentada pela incessante demanda por crescimento, muitas indústrias extrativistas desconsideram os direitos humanos básicos de cidadãos que vivem perto de suas minas. Essa desconsideração dos direitos humanos se torna particularmente opressiva quando diz respeito a comunidades indígenas, que geralmente têm pouco poder político e uma fraca rede de

salvaguarda social. Assim, danos ao meio ambiente e danos sociais causados pela mineração podem infligir prejuízos irreparáveis a uma pequena cultura indígena. Para combater a exploração, o Grupo de Trabalho sobre Mineração defende uma abordagem mais holística do desenvolvimento, que leve em consideração a sustentabilidade, a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos.

Para essa apresentação, membros de VIVAT Internacional de todos os cantos do mundo colheram fotos, vídeos e histórias sobre as consequências da mineração. Os testemunhos indígenas fizeram eco a muitos temas atuais, como a degradação ambiental que acompanha os projetos de mineração de indústrias e a erosão de práticas culturais tradicionais. Com a exibição desse material, VIVAT espera reforçar o combate às consequências ambientais e sociais que a extração causa às comunidades indígenas e contribuir para uma aplicação mais ampla da Declaração da ONU sobre

os Direitos dos Povos Indígenas. Esperamos que os membros VIVAT continuem a agir para mudar o discurso e a ação da comunidade global rumo a um maior respeito aos direitos humanos, através de um sistema regulado e transparente da indústria extrativa com relação à Terra, seus recursos e seu povo.

VIVAT Internacional agradece aos que contribuíram para tornar esse acontecimento possível,

especialmente aos representantes do Brasil, Indonésia, Chile e Papua Nova Guiné, dando assim voz ao sofrimento das comunidades indígenas.



Expulsos de suas terras pela mineração próxima, muitos indígenas em Papua Nova Guiné são reduzidos a garimpar restos de minerais

Revisão Periódica Universal (UPR) e VIVAT Internacional – 1º relato

Em preparação para a 13ª sessão, 21 maio – 4 junho 2012, e com a colaboração de Vivat Internacional Indonésia das bases, VIVAT Internacional fez o relato sobre a situação dos direitos humanos na Indonésia. Na síntese de todos as falas proferidas pelas ONGs, o documento preparado por VIVAT Internacional Indonésia é citado por 4 vezes. Esse documento é chamado “Resumo das informações das partes interessadas” e seu número de referência no sistema da ONU é A/HRC/13/IDN/3.

As quatro preocupações levantadas por VIVAT Internacional Indonésia foram:

- 1) *Cooperação com procedimentos especiais (cf.par.nº20);*
- 2) *Direito à vida, liberdade e segurança das pessoas (cf. par.nº 29);*
- 3) *Povos Indígenas (cf.par.nº 58);*
- 4) *A situação em ou em relação a regiões ou territórios específicos (cf.par.nº 63).*

O vice-diretor executivo da VIVAT Internacional Indonésia, Paul Rahmat, disse: “A primeira vez que participei no processo da UPR foi no segundo ciclo da revisão da Indonésia”. Fazendo isso, aprendi algumas coisas importantes. Primeiro, senti-me feliz em poder contribuir um pouco com nosso país (Indonésia), apontando algumas preocupações com os direitos humanos, pelas violações com que nós deparamos na base. Parece que o governo da Indonésia não é muito determinado no enfrentamento de questões de direitos humanos que se referem ao povo. Tornando essas questões internacionalmente conhecidas através do mecanismo da UPR, nosso governo é pressionado

a levá-los em conta seriamente. Vinte e sete organizações da sociedade civil contribuíram para o relatório da UPR-Indonésia, inclusive VIVAT Internacional-Indonésia. O papel das ONGs e de outras organizações/ associações da sociedade civil é muito significativo. É muito encorajante e motivador reconhecer o papel importante das ONGs, o que me motiva a colaborar mais estreitamente com elas na promoção e defesa dos direitos humanos na Indonésia”.

Outra contribuição de VIVAT Internacional à 13ª sessão foi um esforço feito pelos Espiritanos, em Manchester, e outra ONG local que colaborou na preparação da sujeição à revisão do Reino Unido e Irlanda do Norte.

Nós, equipe executiva da VIVAT Internacional, congratulamo-nos com a direção de VIVAT Internacional Indonésia e dos membros do Reino Unido e Irlanda do Norte por sua iniciativa. Conclamamos a todos os membros pelo mundo afora a fazer uso desse mecanismo único de revisão da situação dos direitos humanos em todos os países. É possível para nós termos a palavra.

Outras nações que passaram pela revisão durante a 13ª sessão inclui: Equador, Tunísia, Reino Unido, Índia, Brasil, Filipinas, Algéria, Polônia, Holanda e África do Sul.

A Revisão Periódica Universal é um processo através do qual o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Ge-

nebra, tem uma importante função. Ele examina “o cumprimento por cada Estado de suas obrigações e compromissos com os direitos humanos”. É uma revisão de pares, isto é, cada país é examinado por representantes de todos os outros países. Essa revisão de 193 Países membros se dá num ciclo de quatro anos. O primeiro ciclo começou em 2008. Com a 13ª sessão iniciamos o 2º ciclo.

O objetivo da Revisão é examinar o nível de respeito e a colocação em prática da declaração dos direitos humanos e convenções em todos os Países do mundo. O País sob a revisão recebe recomendações de todos os outros países. Essas recomendações são sugestões positivas feitas ao País sobre como ele pode mudar de maneira efetiva suas políticas, legislação e estruturas, de modo a estar de acordo com as melhores práticas em relação aos direitos humanos. A premissa inicial é que nenhum País do mundo cumpre plenamente suas obrigações relativas aos direitos humanos do povo sob sua jurisdição. Há uma necessidade de mudança e espaço para melhoria em todos.



Delegações dos Países participam na RPU em Genebra

Transparência Internacional PNG (TI PNG)

A luta contra a corrupção é cara ao meu coração. Isso porque, tendo que prestar contas e, às vezes, sendo chamada a auditar, sinto-me impelida a produzir relatórios financeiros acurados, livres de erros e fraudes. Portanto, quando Transparência Internacional Papua Nova Guiné publicou seu perfil, com o destaque “TI PNG combatendo a corrupção hoje”, fiquei muito interessada e decidida a me tornar membro, não como indivíduo, mas como associação - Missionárias Servas do Espírito Santo em Papua Nova Guiné.

O que significa TI PNG? “Transparência Internacional PNG (TI PNG) é membro da Transparência Internacional, um movimento global mundial. As organizações dos países membros são independentes e são chamadas ‘sedes’. Existem mais de 100 sedes nacionais em todo o mundo. A sede da Transparência Internacional de Papua Nova Guiné combate a corrupção e promove abertura, honestidade e prestação de contas tanto nas relações públicas como privadas. Nós não apoiamos políticos e nem partidos. Tentamos reforçar a integridade dos sistemas em nosso país, como a polícia, o parlamento e o judiciário”.

*Yvonne Ngutlick,
Relações Públicas do órgão.*

Como TI PNG luta contra a corrupção hoje? Há muitos parceiros com diferentes capacidades para acompanhar os membros no relato de práticas de corrupção e de outras situações observadas:

- O Centro de Defesa e de Aconselhamento Legal ajuda qualquer pessoa a preparar uma queixa sobre corrupção a ser enviada ao escritório da Ouvidoria ou a outras Agências (TI PNG não investiga ou processa casos de corrupção):
- TI PNG, através da mídia, publica comentários regulares sobre corrupção relacionados às lideranças:

- ✓ disponibiliza material didático para o sistema educacional sobre boa governança e corrupção;

- ✓ prepara lideranças jovens em assuntos sobre governança através do Acampamento Democrático Anual da Juventude

- ✓ pressiona por liberdade de informação e proteção para denunciadores de irregularidades no trabalho;

- ✓ observa e comenta eleições quando o processo usado não é democrático ou legal;

- ✓ promove campanhas de conscientização e defesa nos meios de comunicação de massa e através do teatro, com temas sobre governança e corrupção;

- TI PNG apoia e trabalha com muitos parceiros e parceiras na Coalizão Comunitária Contra a Corrupção, como a Associação da Juventude contra a Corrupção, Igrejas e Pessoas de Negócios.

- TI PNG cria projetos, como, Iniciativa para o Manejo da Floresta, que ajuda a buscar e propor processos e leis mais avançados para o manejo dos recursos naturais.

A variedade de possibilidades em rede vai tornar mais fácil nosso esforço de apoio à luta contra a corrupção. Um dos instrumentos encontrados foi a organização “Associação da Juventude contra a Corrupção (YACA)”. YACA surgiu em 2002, através de John Glynn, na Escola Secundária Católica Jubileu. Com o passar do tempo, foi introduzida em outras escolas. Começamos com um grupo de alunos/alunas do 6º ao 8º grau da Escola Primária São Michael, em Alexishafen. Na verdade, começou como um Clube Vocacional, já que o grupo não estava mais na idade de se juntar à Escola Dominical. Entretanto, gradualmente, os membros passaram a aprender sobre outros temas. Como membros da YACA eles/elas tinham que se comprometer a falar sempre a verdade, respeitar a propriedade alheia, ser amáveis nas palavras e nas atitudes,

pagar dívidas e cumprir promessas.

TI PNG aproveita das eleições nacionais dos membros do Parlamento, em junho, para organizar um Fórum Regional de Educação que trabalhará com as/os eleitores sobre seus direitos e responsabilidades. Eu participei de um desses Fóruns, na Região de Momase, que aconteceu no Auditório da Universidade do Verbo Divino. Os participantes foram incentivados a serem observadores no local da eleição no dia da votação. Nas eleições de 2007, a Comissão Eleitoral concedeu às nossas Irmãs o certificado de observadoras. Fomos colocadas em Malala, Alexishafen, Universidade Verbo Divino e Convento Espírito Santo, Madang. Seremos novamente observadoras nas próximas eleições, em junho. Como tal, podemos informar sobre possíveis anomalias ou fraudes no lugar da votação.

Há outros meios pelos quais podemos apoiar a luta contra a corrupção através dos membros e parceiros/parceiras da TI PNG:

- Coalizão Comunitária contra Corrupção – encontro de 67 grupos na luta contra a corrupção
- Assessoria e Soluções contra a corrupção nas Florestas – ocupa-se com e previne a corrupção, primeira responsável pelo desmatamento e destruição das florestas
- Centro de Defesa e de Orientações Legais – oferece assistência legal gratuita na elaboração de queixas contra corrupção
- Marcha contra a Corrupção
- entre os objetivos, a marcha proporciona uma via pacífica para os cidadãos e cidadãs se expressarem contra a corrupção.
- Associação da Juventude Contra a Corrupção – uma associação dirigida pela juventude comprometida na luta contra a corrupção, em PNG, pela recusa a praticar a corrupção e pela rejeição de atitudes que a favorecem.

Violência contra as Mulheres em Papua Nova Guiné

E Durante a Revisão Periódica Universal em Papua Nova Guiné (PNG), no Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, no ano passado, várias nações notaram o alto grau de violência no país e pediram uma reportagem especial sobre violência contra mulheres. A Enviada Especial da ONU, Rashida Manjoo, visitou Papua Nova Guiné em março deste ano. Ela percebeu os esforços feitos no país, como a criação de uma estratégia para estabelecer uma Comissão de Direitos Humanos e o desenvolvimento de uma Política Nacional para Mulheres e Igualdade de Gênero. Entretanto, Rashida também notou que a violência contra mulheres é um fenômeno difuso em PNG, com

do pela Comissão Constitucional de Reforma da Lei, “dois terços das mulheres casadas, em PNG, apanham de seus maridos”. Um estudo acadêmico, feito em 2009, mostra resultados similares, salientando que 65.3% das mulheres entrevistadas eram sobreviventes da violência doméstica.

Meninas mais novas, particularmente aquelas vivendo com parentes ou adotadas, são tidas como em alto risco de violência sexual, perpetrada por tios, primos, irmãos ou amigos da família. Apesar de o estupro marital ser penalizado pelo código criminal, apenas dois casos foram processados desde que essa relevante legislação foi estabelecida em 2003.

Durante sua visita à região de

Highlands, Manjoo ficou chocada ao testemunhar a brutalidade dos ataques perpetrados contra mulheres suspeitas de bruxarias – geralmente mulheres mais idosas, castigos esses que, em muitos casos, incluem tortura, estupro, mutilações e assassinatos. Essa violência contra a bruxaria é geralmente perpetrada por rapazes ou meninos que não raro agem sob o efeito de drogas ou álcool.

A Enviada Especial também examinou a situação das mulheres detentas.

Nas prisões do país, 90% das mulheres estão detidas por assassinato. Todas que Manjoo entrevistou, nessas condições, foram vítimas da violência familiar, sujeitas não raro à poligamia, negligenciadas e agiram em legítima defesa.

As mulheres presas que man-

têm consigo suas crianças, ficam responsáveis pelo suprimento de todas as necessidades delas. Num posto policial da província, ela encontrou mulheres e crianças em custódia por até três meses, em condições extremamente inadequadas, enquanto esperavam por julgamento. Muitas delas não têm acesso a advogado.

Participei de um fórum público com a Enviada Especial, na capital, Port Moresby. A reunião começou com uma curta palestra da representante da ONU, considerando que o empoderamento das mulheres deve vir acompanhado da transformação social, para que atinja plenamente as causas sistêmicas e estruturais da desigualdade e discriminação, que muitas vezes leva à violência contra as mulheres. Após a introdução, ela ouviu as opiniões dos presentes que quiseram se manifestar. Eu falei sobre como a violência contra as mulheres é um aspecto da questão mais ampla da violência contra ambos, homens e mulheres em PNG. Também reconheci que há homens que gostariam de participar na luta contra essa violência, porém, não sabem como começar.

O apoio e outros serviços relevantes que, de fato, existem em favor das vítimas de todas as formas de violência, são prestados sobretudo pela sociedade civil, que inclui as Igrejas. No entanto, eu tenho a impressão de que a Igreja deveria trabalhar não apenas nos cuidados pastorais, mas também junto às políticas e planejamento. As conclusões da Enviada Especial serão discutidas, de maneira mais abrangente, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em junho de 2013.

Papua Nova Guiné: “Responsabilidade em vez de impunidade por todos os atos de violência contra as mulheres”



Enviada Especial Sra. Rashida Manjoo

um grande espectro de manifestações em todas as instâncias, seja na família, na comunidade ou nas instituições.

A violência contra as mulheres, em PNG, começa em casa. Com relação ao parceiro, de acordo com o relatório de 1992, produzi-

“Fundo Centenário: 100 Bolsas de Estudo”

O Projeto “100 Bolsas” é uma resposta direta das Servas do Espírito Santo da Província Norte das Filipinas ao incremento da situação de pobreza no país, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de capacidades a pessoas consideradas as últimas, esquecidas e menores, dando-lhes assim condições de emprego imediato.

Os objetivos do projeto são os seguintes:

a) Contribuir para desenvolver habilidades básicas no país, oferecendo apoio no aprendizado aos considerados os últimos da sociedade;

b) Gerar meios de sobrevivência para o projeto de bolsas, atingindo diretamente o problema da pobreza de pessoas e de comunidades específicas;

c) Melhorar a economia doméstica, robustecendo a força de trabalho local;

O Projeto das 100 Bolsas está aberto a pessoas de 15 anos ou mais, de comunidades pobres, urbanas e rurais, que contam com a presença de comunidade SSpS Filipinas Norte. Espera responder a uma preocupação urgente no país, que é a de utilizar o potencial produtivo desse segmento da população, de

modo que ele possa contribuir para o crescimento econômico, porém, nos parâmetros do trabalho decente. Estatísticas de 2011 mostram que 7,2% da força de trabalho Filipina estão desempregadas. O subemprego também é apontado como responsável direto da pobreza no país.

As comunidades SSpS locais são orientadas a realizar um estudo para identificar cursos vocacionais na localidade, assim como correspondentes possibilidades de empregos seja para o auto-emprego ou para o emprego numa empresa. O auto-em-

Um comitê avaliador designado pela Equipe da Direção Provincial irá selecionar os projetos baseado nos mesmos critérios dos objetivos do projeto.

O projeto vai ser livre de taxas. Os beneficiários/beneficiárias podem ainda solicitar verba adicional para alimentação, transporte e material escolar. Se necessário e possível, os/as bolsistas podem também ser hospedadas na comunidade SSpS local. Como contrapartida à hospedagem e alojamento gratuitos, os/as bolsistas ajudarão na comunidade por um

número determinado de horas semanais. Será considerada ainda a possibilidade de apoio àqueles/àqueles que querem montar seu próprio negócio.

A Administração do Projeto vai também explorar o esquema “retribua” que pode criar oportunidades aos bolsistas de ajudar a outros desempregados ou subempregados. Aqueles que montarem sua própria empresa poderão, esperamos, gerar emprego para outros membros da comunidade.

“100 Bolsas” é um projeto subsidiado pelo Fundo do Centenário SSpS Filipinas Norte para marcar os 100 anos da Congregação no País.



prego significa montar sua própria empresa como resultado da qualificação adquirida através do projeto.

IV Assembleia PANAM de Animação Missionária e JUPIC

O e 9 a 14 de maio passado, as Missionária Servas do Espírito Santo tiveram, em Córdoba, Argentina, sua IV Assembleia da Animação Missionária e Justiça, Paz e Integridade da Criação – JUPIC. O tema geral do evento foi “Irmãs e Leigos/Leigos unidos na mesma

Missão”. A iluminação bíblica veio de Lucas 4, 14-21. Foram 52 participantes, representando 10 províncias e 12 países das Américas. Foi um acontecimento histórico, uma vez que contou com a participação de 16 pessoas leigas homens e mulheres.

Após partilharmos nossas espec-

tativas, a coordenação deu-nos uma retrospectiva histórica. A assembleia harmonizou ritual e conteúdo nas sessões diárias. Afonso Murad, professor universitário e escritor brasileiro, que se dedica a causas sociais e ambientais, fez uma análise da realidade Latino Americana, falou de

caminhos para olhar a ecologia através da consciência planetária e também focalizou o Concílio Vaticano II e a Igreja Latino-Americana.

Aprofundando nosso tema de partilha da mesma missão, Afonso Murad também palestrou sobre “Cooperação entre as Irmãs e Leigos/Leigos: Desafios e Oportunidades”. Já, a história comum do laicato e das religiosas, sobretudo no que se refere à nossa congregação, foi apresentado pela Irmã Laura Martin, SSpS.

Irmã Carmen Elissa Brandiu, SSpS, recentemente apontada pela Congregação como Secretária das Missões, expôs sobre a inter-relação entre Animação Missionária, JUPIC e VIVAT Internacional.

Destacou a história e o desenvolvimento de VIVAT Internacional e como integrar informações e ações sobre questões locais com VIVAT Internacional.

Pelo final da assembleia, foi feito um plano de ação, focalizando três áreas: 1) Cooperação laicato e SSpS; 2) JUPIC – VIVAT Internacional; 3) Visibilidade Institucional.

Foram desenvolvidas estratégias de ação nas áreas de educação, ministério pastoral, povos indígenas e saúde. Cada província ficará encarregada de por em prática o plano de ação durante os próximos quatro anos. Todos/todas as que participaram saíram com um renovado compromisso missionário visando fazer deste mundo um lugar melhor.



Assembleia na Argentina

Problemas no Sudão

Viajando para o sul, em direção da fronteira com o Sudão do Sul, de tempos em tempos avistam-se grupos de uma, duas ou até três dezenas de crianças e algumas mulheres. Elas andam sob um sol implacável, com temperaturas diárias constantes acima de 40 graus. Às vezes, no meio do dia, elas param e se reúnem à sombra de uma rara árvore. Todas estão pobremente vestidas, cobertas de poeira, as mulheres carregando uma cesta com um pouco de alimento e alguns utensílios de cozinha e uma vasilha de plástico com água.

Há aproximadamente 400 crianças e mulheres que chegam a cada dia em Yida, o campo para refugiados de Nuba, a uns 20 quilômetros adentro de Sudão do Sul. Muitas delas sofrem de severa desnutrição e desidratação. O registro é feito em um barraco. No final de maio, os refugiados eram em torno de quarenta mil.

Do que eles estão fugindo? Da guerra e da fome. Há o espectro de uma guerra entre Sudão e Sudão do

sul, alimentada diariamente por declarações hostis de ambos os lados; há também um histórico de negociações sem sucesso e uma desconfiança recíproca profundamente enraizada. Mas, Nuba foi atingida por outra guerra mais localizada. Desde junho do ano passado o presidente do Sudão, Omar El-Bashir, está movendo uma guerra não declarada contra Nuba e o Movimento Popular de Libertação do Setor Norte do Sudão acusado de não aceitar sua política de centralização e islamização que fez de Nuba o povo mais marginalizado do Sudão. Estimativas da população de Nuba residente no estado Kordofan do Sul, também chamada Montanhas Nuba e parte do Sudão, variam entre 800 mil a um milhão de pessoas. Em um ano de guerra, centros de triagem e pequenas vilas estão sendo bombardeados indiscriminadamente. Os alvos preferidos são as escolas, igrejas, e comércios. Nuba diz que isso não é uma guerra, é atentado genocida. Buran, um florescente centro do sul Kadugli, agora é uma cidade fan-

tasma, metade dela arrasada até o chão pelos constantes ataques. A nova escola, acabada há apenas alguns meses, está deserta desde que bombas não a atingiram por pouco. Encontrei um de seus ex-alunos, Daniel, 15 anos, e ele contou como ficou com medo quando a bomba estourou. Ele abraçou uma árvore, na tentativa desesperada de procurar proteção. A bomba que explodiu atingiu a árvore e cortou seus braços logo abaixo do cotovelo.

Havia cinco escolas secundárias na área, hoje todas fechadas. Somente uns poucos professores/professoras corajosas ainda mantêm a escola primária em estruturas improvisadas e sem livros, materiais escolares e quadro negro. Os dois Institutos de Preparação de Professores também foram fechados.

Guerra gera fome. O presente conflito iniciou-se no ano passado justamente quando a estação das chuvas iria começar. O povo fugiu, uns procurando segurança na montanha rochosa e outros, em cavernas e as terras férteis da planície

foram abandonadas. Em dezembro passado não havia alimentos para colheita. Há informações de que em alguns lugares as pessoas começaram a morrer de inanição. Yida é a última esperança de sobrevivência.

Uma declaração contundente do presidente do Conselho de Segurança da ONU, de 14 de fevereiro de 2012, deixou claro que “Os membros do Conselho de Segurança expressavam sua preocupação com o aumento alarmante da desnutrição e insegurança alimentar em algumas áreas de Kodofan Sul e Blue Nile States e pedem ao Governo do Sudão e ao Movimento de Libertação do Povo- Setor Nordeste, para que cooperem integralmente com as Nações Unidas e outras Agências Humanitárias para permitir a entrada de assistência, de acordo com os Princípios Humanitários Internacionais e outros”. Houve também uma proposta tripartite (ONU, União Africana e Liga dos Estados Árabes, para o envio de assistência humanitária a todas as populações afetadas pelo conflito. Nada disso aconteceu. O governo de Khartoum nega con-

sistentemente o acesso de qualquer ajuda humanitária.

Apesar disso, uma operação de ajuda internacional em larga escala foi aceita por ambos os lados é a única possibilidade de responder às necessidades das aproximadas 420.000 pessoas, em Nuba, interna e externamente deslocadas pela guerra.

Dessa maneira, como podem acontecer mudanças no Sudão? A posição rígida de Omar El Bashir desde que chegou ao poder, em 1989, leva o povo a pensar que uma mudança por meios políticos pacíficos não é possível. É por isso que a população das áreas que estão lutando mais fortemente contra a política de Bashir, que são Darfur, Kordofan e Blue Nile do Sul formaram uma aliança, a Frente Revolucionária do Sudão (SRF) e juraram tirar Bashir do poder. “Bashir tem superioridade apenas no céu. No chão, somos



Mulheres e crianças vivendo em grutas para se Protegerem das bombas

Photo by Renato Kizito Sesana, MCCJ

mais fortes e estamos prontos a ir até Khartoum para termos a certeza que esse regime vai acabar”, disse Abdel Aziz AL Hilu, o chefe militar de Nuba e também, comandante chefe dos militares do SER. Violência gera violência. Uma catequista em Yida, após a missa dominical, olhou para as centenas de crianças e disse: “Não importa o que tentamos ensinar a essas crianças, elas vão crescer determinadas a expulsar os estranhos de sua terra”.

Atualidades VIVAT

ONU Protege os Direitos Humanos das Vítimas

Nos últimos anos, países ricos e empresas começaram a comprar terras para cultivo em alguns dos países mais pobres. Etiópia, Sudão Sul, República Democrática do Congo e Serra Leoa estão entre os mais afetados. No caso de Serra Leoa, estima-se que investidores compraram 17% da terra arável até o início de 2011. Em muitos casos, essa terra está sendo cultivada para produção agrícola intensa com fins de exportação.

Investidores estrangeiros argumentam que esse ‘confisco de terra’ é legalmente viável e ajuda na economia local, abrindo novos empre-

gos na agricultura. Entretanto, para abrir caminhos para esses espalhadores de monocultura de grãos, povos indígenas normalmente são despejados de suas terras ancestrais e levados para vilas pobremente construídas pelos governos. A situação é complicada, pois

esses povos geralmente não possuem o título formal das terras onde moram. Além disso, as companhias estrangei-



Uma enorme monocultura domina o cenário na Etiópia

ras pagam salários, os mais baixos possíveis, muitas vezes inferior a um dólar diário nessas regiões.

Para proteger contra essas práticas abusivas, a ONU lançou um importante conjunto de novas normas para investidores ricos comprar terra em nações em desenvolvimento. E o que é importante, tais regras pedem

a inclusão das comunidades locais no processo de tomada de decisões. Além disso, as regras exigem que o direitos de propriedade por parte das mulheres sejam respeitados e que todos os trâmites com relação

à aquisição de terras sejam transparentes. Finalmente, a ONU espera que a instituição dessas normas vá acabar com os abusos aos direitos humanos na região afetada pelos ‘assaltantes de terras’.

VIVAT Lança Nova Versão em Espanhol na Web site

VIVAT internacional lançou uma nova versão espanhola de Vivat web site: VIVAT International.org/es. Esta nova edição da web site é uma ponte na barreira dos idiomas e amplia a possibilidade de participação de muitos membros de nossa comunidade. Até agora, apenas o Boletim Informativo VIVAT está sendo publicado em várias línguas (inglês, espanhol, alemão e português). Essa cobertura expandida, no entanto, vai possibilitar aos membros VIVAT a participação em fóruns on line e maior atualizado com as notícias da VIVAT na web. Finalmente, VIVAT espera que a nova versão na web site vá permitir melhor comunicação em nossa comunidade on line.

Você pode acessar nossa versão em espanhol clicando em ‘español’ no canto direito, no alto da página de VIVAT ou pelo endereço acima.

“Pessoalmente, eu acredito que as palavras de Severn Suzuki expressaram realmente o espírito da conferência. Há 20 anos, em 1992, na Conferência da Terra, no Rio, a menina Severn de 12 anos, fez uma comovente declaração. Agora, na Rio+20, com 32 anos e mãe, ela foi outra vez ao pódio. Em sua fala, Suzuki conclamou os presentes para ações comprometidas, dizendo como sua criança tem-lhe dado ainda maior motivação na proteção do planeta para todas as crianças do futuro.

Felix Jones, SVD, falando de sua experiência na Rio+20.

Conhecendo ONU:UNEP

UNEP, uma das muitas organizações acrônimas (palavra formada pelas primeiras letras ou sílabas de uma expressão) é um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Fundada em 1972, numa das primeiras conferências sobre o clima, UNEP tem como missão despertar lideranças e encorajar parcerias no cuidado pelo meio ambiente, inspirando, informando e possibilitando que nações e povos melhorem sua qualidade de vida sem comprometer a vida das gerações futuras. A sede da UNEP está em Nairobi, Kenia. Dentro da família da ONU, UNEP é a agência gestora para questões ambientais e, muitas vezes, aconselha aos governantes em questões de manejo do ecossistema, mudanças climáticas, desastres e conflitos, substâncias perigosas e eficiência de recursos. No passado, UNEP participou de várias iniciativas como, a luta para defender a camada de ozônio, a criação de reservas marinhas e um painel solar de muito sucesso na Índia. UNEP também é instrumento de organização de muitas conferências internacionais sobre o clima, incluindo essa do Rio+20, no Brasil. Para completar sua missão, a UNEP mantém estreita consulta



Acima, da esquerda: Secretário Geral da Rio+20 Sha Zukang, ONU Secretário Geral Ban-ki Moon, Presidente do Brasil, Dilma Rousseff e Secretário brasileiro da Conferência, Figueiredo Machado, Presidente da Conferência Rio+20.

com ONGs regionais. Nos anos recentes, cresceu na participação nas questões de mudanças climáticas.

Para maiores informações, consulte os excelentes recursos no web site da UNEP: www.unep.org.